

7º CONSIND
Feteerj
Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos
de Ensino no Estado do Rio de Janeiro

21, 22 e 23 de julho de 2017
Windsor Flórida Hotel (Rua Ferreira Viana,
81 - Flamengo – Rio de Janeiro – RJ)

CUT **contee**

RESISTIR É PRECISO

TEXTO BASE PARA O 7º CONSIND DA FETEERJ

JULHO DE 2017

**(Reescrito em 25/08/17 já com as
modificações aprovadas pela
plenária final)**

**O 7º Consind é uma homenagem ao
escritor Lima Barreto.**

1 I - CONJUNTURA INTERNACIONAL

2 Num mundo mergulhado na crise do capitalismo, em que o desemprego atinge mais
3 de 200 milhões de indivíduos e com previsão de aumento - segundo a Organização
4 Internacional do Trabalho (OIT), o imperialismo busca, via guerras aos povos e
5 ataques diretos e conquistas aos trabalhadores, impor sua política de pilhagem e
6 desagregação.

7 No bojo da crise do sistema capitalista, o ideário neoliberal se impõe como
8 pensamento dominante, definindo como solução um conjunto de políticas que
9 restringem o papel do Estado como indutor do desenvolvimento e regulador do
10 mercado. Impõe, com isso, a retirada de direitos e a precarização do trabalho,
11 restringindo os gastos públicos em políticas sociais.

12 Por exemplo, uma nação imperialista, como os Estados Unidos, torna-se mais
13 perigosa quando corre o risco de perder sua hegemonia do que quando está
14 expandindo seu império. A ação dos serviços de espionagem como a CIA e a NASA,
15 fazendo monitoramento das comunicações de telefones ou mensagens eletrônicas de
16 líderes mundiais, mostra que não existem limites ao governo norte-americano para
17 impor seus interesses.

18 Um quadro político cruel e de dimensões planetárias, no qual a direita conservadora
19 começa a se expressar politicamente e que agora se materializa com a escolha de
20 Trump para presidir a maior potência militar do ocidente: um alento para quem vinha
21 perdendo a sua hegemonia política no mundo.

22 Em contrapartida, para tentar manter o seu poder geopolítico, o governo norte-
23 americano vem aumentando os investimentos na área militar. Como prova disso, o
24 país recentemente, reativou a 4ª Frota militar no Cone Sul, ameaçando a paz no
25 Atlântico Sul.

26 A democracia - principalmente as democracias europeias – está fortemente ameaçada
27 pela ânsia devastadora do capital em busca da sobrevivência do sistema. As
28 soberanias nacionais e o poder decisório de seus povos são descartados diante da
29 imposição autoritária do centro de poder do mercado europeu. Não há mais
30 intermediários. Agora, a gestão dos governos nacionais é direta dos operadores de
31 mercado financeiro. Um novo tipo de ditadura do capital tem sido forjado em nome do
32 “salvamento” do Euro.

33 Na Europa, está em curso a destruição do que sobrou do modelo de Estado de bem-
34 estar social (Welfare state); situação que se materializa com o “Brexit” - retirada da
35 Inglaterra da zona do Euro, aproximando-a da política norte-americana para o
36 continente europeu. Episódio que, mais claramente vem encontrando eco nos atos
37 “terroristas” na França e, recentemente, no próprio - até então, Reino Unido.

38 A única saída, na perspectiva do FMI e bancos de fomento europeus, é a receita
39 ortodoxa baseada na redução do gasto social público e do custo com a força de

40 trabalho, em que se recomendam medidas como a redução nominal dos salários de
41 servidores públicos e do salário mínimo. Como o aprovado após a crise do estado
42 grego: o aumento da idade para aposentadoria e redução do tamanho do Estado, ou
43 seja, cortes nos investimentos sociais e desmonte do estado de bem-estar social.

44 Na América Latina e no Caribe, não tem sido diferente. Não é segredo para ninguém a
45 velha pratica – sempre que pode, de usar o surrado pretexto de “promover a liberdade
46 e a democracia” e promover amplas campanhas de propaganda regadas a dinheiro
47 farto, o imperialismo dos EUA tenta desestabilizar e derrubar governos quando os vê
48 como estorvo aos interesses de suas multinacionais, como aconteceu, em passado
49 recente, no Paraguai, Argentina e agora – por que não: no Brasil, com o golpe político-
50 institucional ao governo Dilma.

51 Outro exemplo é o agora vivido pela Venezuela (maior reserva de petróleo do mundo,
52 sempre é bom lembrar), onde intensificam-se as pressões sobre o governo Maduro. A
53 implementação dos reajustes fiscais, das “reformas” trabalhistas – com a retirada de
54 direitos e benefícios aos trabalhadores, conquistas através da “Lei Organizada do
55 Trabalho“, durante o governo Chavez em 2010, são as palavras de ordem. A prova
56 disso, é o espaço que a grande mídia hegemônica oferece à “oposição” Venezuelana,
57 com um discurso claramente golpista, numa reprodução quase que literal do que
58 ocorre hoje no Brasil.

59 Os Brics, formados pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, vêm tendo sua
60 política de expansão econômica e política atacada pelos EUA. O golpe em Dilma
61 Rousseff foi mortal para as expectativas de crescimento do país fora da órbita norte-
62 americana; a África do Sul passa por um momento instável, com mobilizações da
63 população contra o governo muito parecidas com aquelas que surgiram no Brasil em
64 2013, praticamente com o mesmo discurso moralista e genérico anticorrupção.

65 Hoje, pode-se dizer que a tentativa de uma política unitária dos Brics, com áreas de
66 atuação comuns e a criação de um banco de fomento nos moldes do FMI e moeda
67 comercial comum estão, no mínimo, suspensas.

68 Com isso, novos caminhos estão abertos para a Rússia e China, que buscam
69 caminhos próprios de expansão e reação à política imperialista dos EUA.

70 A Rússia, não à toa, intervém na guerra civil na Síria em apoio ao governo de Bashar
71 al-Assad e contra o autodenominado “Estado Islâmico”– este, por sua vez, é apoiado,
72 de maneira não oficial, por um aliado histórico dos EUA, a Arábia Saudita. Por trás
73 dessa intervenção russa está o interesse no petróleo e gás do Oriente Médio que é
74 destinado principalmente à Europa.

75 Nesta conflagrada região, a China também vem criando laços políticos, econômicos e
76 até militares: a primeira base militar fora da China está sendo construída desde o ano
77 passado e já está em atividade, no pequeno Djibuti, país estratégico e com saída para
78 o Mar Vermelho, próximo ao Oriente Médio. Esta base chinesa funciona também como
79 um porto militar.

80 Apesar da crise do capitalismo, o neoliberalismo continua a ser o projeto hegemônico
81 da sociedade. A economia mundial está instável e as incertezas são grandes em todos
82 os continentes. As taxas de desemprego são elevadas, centenas de milhões de
83 pessoas não conseguem trabalho ao redor do mundo. Só aqui no Brasil, após o golpe,
84 14 milhões de pessoas perderam seu direito legítimo ao trabalho.

85 A atual crise tem dimensões planetárias. As políticas neoliberais para superar as
86 dificuldades continuam tendo como base a retirada de direitos dos trabalhadores. As
87 políticas públicas de cunho social são atacadas de todas as formas. O capital, em
88 especial o financeiro, se mantém hegemônico e tem o poder de se movimentar com
89 rapidez pelo mundo. A acumulação do capital se dá em escala internacional. O poder
90 do capital aumenta com a falta de organização e de luta unitária dos trabalhadores em
91 escala internacional.

92 Esta é a situação em que se encontra o cenário mundial, com ressonância direta no
93 Brasil, que pode ser medida pela política conservadora e reacionária do governo
94 Temer de desmonte da legislação protecionista ao trabalhador - que resistiu durante
95 quase 80 anos e foi praticamente derrubada agora com a aprovação da reforma
96 trabalhista e pelo provável ataque à previdência social – com ou sem Temer.

97 Neste cenário, a luta de classe intensifica-se e apresenta contornos mais nítidos,
98 demonstrando as questões que colocam em campos opostos os setores da sociedade
99 e definindo os espaços em que elas se movimentam como forças políticas em defesa
100 de seus interesses. Para a classe trabalhadora, esse é um momento crucial.

101 **II - CONJUNTURA NACIONAL**

102 **ELEIÇÃO DE LULA (2002)**

103 A eleição do petista Luiz Inácio Lula da Silva pela Frente Brasil Popular, em 2002, em
104 um segundo turno contra o candidato da direita, o tucano José Serra, representou a
105 vitória da proposta contida no documento “Carta aos brasileiros”, em que Lula
106 propunha um novo pacto social após a falência do modelo contido na “Nova
107 República” de Itamar e FHC.

108

109 Em linhas gerais, o PT de Lula propunha uma política de redistribuição de renda
110 calcada no mercado interno, o incremento de políticas sociais agressivas, o apoio ao
111 empresariado nacional e o fortalecimento do estado, com o investimento nas estatais,
112 sobretudo da Petrobras, que passa a ter papel de “carro chefe” no crescimento.

113 Cabe lembrar que o país vinha de oito anos de governo do PSDB cuja única
114 “conquista” foi a estabilidade da moeda, o real, mas a um custo muito grande: juros de
115 mercado altos, privatizações, desemprego e inflação chegando ao final do governo em
116 2002 na casa dos dois dígitos.

117 Aquele modelo neoliberal estava falido e a eleição de Lula representava uma
118 exigência da população para a implantação de um programa popular que
119 incrementasse o mercado nacional, com a criação de empregos, além do investimento

120 nos serviços públicos essenciais, que estavam sucateados – enfim, um projeto de
121 nação!

122

123 **PALOCCI E MEIRELES**

124 No verdadeiro estilo “Lula” de negociar, Palocci e Meireles, respectivamente na
125 Fazenda e Banco Central, tornam-se os homens fortes do governo, em um recado
126 direto ao mercado e também aos países ricos (FMI) de que o governo petista seria
127 “responsável” e não tomaria medidas econômicas radicais ou de rompimento, como a
128 moratória ou a diminuição abrupta de juros.

129 Ao mesmo tempo, Lula anuncia a criação do programa Bolsa Família, além de
130 diversos outros programas sociais que seriam implantados ao logo dos quatro anos de
131 governo, tendo em vista o início de uma redistribuição de renda (política de aumento
132 do salário mínimo acima da inflação iniciada já em 2003) e a criação de mais
133 oportunidades para os setores carentes da sociedade.

134 Devido à política econômica Meireles-Palocci, o PIB não cresce em 2003; no
135 Congresso, também em consonância com o dito mercado, o governo aprova uma
136 minirreforma da Previdência. Em 2004, já com menos amarras, o governo começa a
137 investir nos setores estratégicos e o PIB pula para quase 6%, o maior desde 1995.

138 **“MENSALÃO”**

139 A relação entre a mídia e o governo se deteriora em 2005, quando explode o chamado
140 escândalo do “Mensalão” – a base do governo no Congresso sofre tremendo abalo e a
141 oposição, em sua primeira demonstração de golpismo, fala em impeachment de Lula,
142 o que não ocorre devido à força do presidente junto à população e setores
143 organizados.

144 Em 2006, ano eleitoral, Lula muda o governo, agora com Dilma como seu “braço
145 direito” e busca a reeleição, calcada no desenvolvimentismo e defesa das estatais,
146 derrotando o candidato da oposição, o governador de São Paulo, Geraldo Alkmin
147 (PSDB).

148 A partir de 2005, o Brasil vive o diapasão da oposição no Congresso e da grande
149 mídia que a repercute que “o país vai mal, a economia vai mal etc”. O problema, para
150 a oposição, é que esse discurso não bate com a realidade: se o PIB cai um pouco em
151 2005, ele volta a aumentar no ano seguinte e chega a 7% em 2008 – início da crise
152 mundial financeira, com o estouro da “bolha econômica americana”.

153 Com a descoberta do Pré-Sal em 2007, a política de desenvolvimentismo – acelerada
154 também por causa da alta de varias *commodities* brasileiras e o investimento na
155 infraestrutura do país (empreiteiras) – entra em outro patamar: o governo cria um
156 programa de crescimento da Petrobras que repercute em toda a cadeia econômica.
157 Além disso, as diversas desonerações e apoio financeiro maciço a setores industriais,
158 como a indústria automotora, estaleiros, moveleira, cana de açúcar, siderúrgica, carne

159 e cereais, movimentada ainda mais a economia. Com isso, o PIB chegará a quase 8%
160 em 2010.

161 **COMPARAÇÃO GOVERNOS LULA X FHC**

162 Não à-toa, naquele ano de 2010, o presidente Lula tem o apoio de mais de 80% da
163 população, com a situação de pleno emprego em diversas regiões do país e o PIB
164 alto. Uma comparação dos governos Lula x FHC se torna necessária, em relação a
165 dados econômicos e sociais importantes, que confirmam o acerto da política
166 desenvolvimentista do governo Lula:

167 Salário Mínimo - o salário mínimo passou de R\$ 200,00 em 2002 para R\$ 510,00 em
168 2010, último ano de Lula. O poder de compra do mínimo subiu de 1,4 cestas básicas
169 em jan/03, para 2,4 cestas básicas em jul/10.

170 Emprego Formal – o Governo Lula gerou 14,7 milhões de empregos (jan/03 a set/10),
171 enquanto o Governo FHC (1995 a 2002) criou 5 milhões de empregos. Pela primeira
172 vez, o Brasil teve mais empregos formais do que informais.

173 Exportações – subiram de US\$ 60,3 bilhões, em 2002, para US\$ 152,9 em 2009.

174 Reservas internacionais – passaram de US\$ 38 bilhões em 2002 para US\$ 275
175 bilhões em 2010.

176 Dívida com o FMI – FHC entregou o governo com uma dívida acumulada de US\$ 20,8
177 bilhões. O Governo Lula quitou toda a dívida em 2005, tendo emprestado US\$ 10
178 bilhões ao FMI em 2009.

179 Investimento Público (Governo Federal e estaduais) – a taxa de investimento passou de
180 1,4% do PIB em 2003, para 3,2% do PIB (abr/10).

181 Pronaf – o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar destinou, na
182 safra 2002/2003, R\$ 2,4 bilhões para os pequenos produtores brasileiros. Na safra
183 2010/2011, esse valor subiu para R\$ 16 bilhões.

184 Estrutura social – em 2002, 44,7% da população brasileira era pobre, ou seja, tinha
185 renda per capita mensal de até meio salário mínimo. Em 2009, 29,7% da população
186 era considerada pobre. Isso significa que 27,9 milhões de pessoas superaram a
187 pobreza entre 2003 e 2009. E 35,7 milhões de pessoas ascenderam às classes AB e C.

188 Programas de transferência de renda – a soma de todos os programas de
189 transferência de renda do Governo FHC no ano de 2002 é de R\$ 2,3 bilhões. Somente
190 o Bolsa Família, em 2010, soma recursos de R\$ 14,7 bilhões.

191 Desnutrição infantil – caiu 61%, passando de 12,5% em 2003, para 4,8% em 2008.

192 Ensino Técnico – o número de escolas técnicas cresceu 2 vezes e meia com o
193 Governo Lula, com 214 novas escolas.

194 Prouni – com o Prouni, 748,7 mil jovens de baixa renda receberam bolsas de estudos
195 para entrar no ensino superior. Com FHC, o Prouni não existia.

196 Universidades Federais – Lula criou 15 novas universidades. FHC só criou 1
197 universidade.

198 **DILMA ASSUME A PRESIDÊNCIA**

199 Com isso, Lula apoia a eleição de sua ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, uma ex-
200 guerrilheira que lutou contra a ditadura militar, tendo sido presa e torturada; a partir
201 dos anos 80, militante do PDT gaúcho e que nunca havia concorrido para um mandato
202 eletivo. Ela vence o novamente candidato da direita, José Serra (PSDB) - este faz um
203 discurso eleitoral extremamente agressivo e reacionário, em uma mudança de postura
204 da oposição em preparação, hoje sabemos, do terreno para o golpe de 2016.

205 **CRISE ECONÔMICA E JULGAMENTO DO MENSALÃO**

206 A crise econômica mundial ainda não bate forte no país, muito por conta da
207 manutenção da política desenvolvimentista do governo. Tanto é assim que o PIB,
208 apesar de cair, se mantém em um patamar de crescimento acima dos 3% em 2011.

209 Em 2012, tem início o julgamento da Ação Penal nº 470 – que foi alcunhada pela
210 mídia hegemônica como “mensalão”. Nele pesponta a figura do relator do processo, o
211 então único ministro negro da Suprema Corte, que ficou notório por uma filigrana
212 jurídica, até então desconhecida do grande público, apenas para culpar o governo
213 Lula, especialmente o ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu; trata-se da “teoria do
214 domínio do fato”, que se resume na perspectiva de que, “se os indícios são fortes
215 contra os acusados, não são necessárias provas materiais”.

216 Com isso, mesmo sem provas que ligassem Dirceu ao crime, ele é condenado como
217 “chefe da quadrilha” e começa a cumprir cadeia no ano seguinte.

218 **MANIFESTAÇÕES DE 2013**

219 Naquele ano, em junho, explodem grandes manifestações nas capitais brasileiras,
220 com muita violência e sem um objetivo ou mesmo lideranças comuns. Discursos
221 calcados nas redes sociais da Internet. Um viés conservador que envolveu
222 predominantemente jovens de classe média, que se beneficiaram de fatias do
223 orçamento destinado ao processo de inclusão social. No entanto, esses movimentos
224 com discursos, por vezes patrióticos e ultranacionalistas, atingem, em cheio, o
225 governo Dilma e a esquerda de um modo geral.

226 O resultado será catastrófico nas eleições para presidente e para o Congresso em
227 2014: Dilma é reeleita com uma margem pequena à frente do candidato da oposição,
228 Aécio Neves (PSDB). Este ainda “travestido”, não revelando às claras seu discurso
229 neoliberal, num redivivo desejo de resgate do governo FHC. Mas o pior foi o resultado
230 na Câmara dos Deputados: o centro-esquerda perdeu cerca de 60 deputados
231 apoiadores de Dilma, que não conseguiram se reeleger. Em contraposição, a direita
232 assumida passou a ser a maioria – 65% do Congresso são representantes diretos do
233 grande capital ou do latifúndio.

234 Esse resultado será fatal para o segundo governo Dilma, que não obtém maioria na
235 Câmara e vê um inimigo se eleger presidente da casa: Eduardo Cunha (PMDB).

236 Em seu primeiro dia de governo, Dilma já começa a viver com o boicote de Cunha às
237 suas propostas anti-crise – Cunha tem o apoio explícito das forças conservadoras,
238 expresso nos textos da FIESP e “Sistema S”. -

239 A oposição prega, abertamente, o “impeachment” e a TV Globo e demais mídias
240 montam uma verdadeira rede de repercussão das manifestações de setores da classe
241 média contra o governo, sobretudo em São Paulo.

242 Nesse interim, Eduardo Cunha recebe inúmeros pedidos de “impeachment” e informa
243 que irá “analisar com calma cada um deles”.

244 **CRISE ECONÔMICA E “IMPEACHMENT”**

245 Dilma, em um aceno de “paz” ao mercado e classes empresariais, empossa o
246 neoliberal Joaquim Levy no Ministério da Fazenda – um quadro conservador, retirado
247 do governo Sérgio Cabral do estado do Rio de Janeiro. Cabral, em 2016, iria ter seu
248 envolvimento com o mundo do crime e da corrupção revelado e se encontra preso.

249 Levy propõe o início de uma política recessiva para barrar a crise; um desastre
250 anunciado em todos os sentidos: o governo não convence o empresariado – a
251 conjuntura econômica é diferente daquela de 2003 – confunde sua própria base social
252 e política e ignora a ofensiva golpista em marcha no Congresso.

253 O discurso de Dilma de que irá manter os ganhos sociais, mesmo com a imposição de
254 uma política econômica de cunho recessivo, não convence sua base político-social,
255 que não sai às ruas em defesa do programa popular que havia sido vitorioso em 2014.

256 O resultado é que em 2015 a direita faz manifestações massivas pelo impeachment de
257 Dilma. Oportunamente, Eduardo Cunha, ao fim daquele ano, aceita o pedido de
258 “impeachment” oriundo do PSDB, tendo como base acusações infundadas de
259 irregularidades em operações orçamentárias as famosas “pedaladas fiscais”, useiras e
260 vezeiras em governos anteriores.

261 **A POLÍTICA DO LAVA JATO**

262 Ainda em 2014, no rastro do julgamento do “mensalão”, começou a aparecer o nome
263 do juiz federal de primeira instância do Paraná, Sergio Moro, que deflagrou a operação
264 denominada “lava jato”, em uma aludida investigação de corrupção na Petrobras, mas
265 que ao fim e ao cabo, comprovou-se ser uma muito bem tramada operação jurídica e
266 midiática que visava a desestabilização do governo do PT.

267 Em ataques pontuais contra toda a principal estrutura econômica brasileira – até então
268 estruturada em torno da Petrobras e empreiteiras – a “Lava Jato” conseguiu,
269 principalmente a partir de 2015, o que uma crise econômica mundial ainda não

270 conseguiu: paralisar a economia e regredir o PIB nacional. Tudo em nome do
271 combate à corrupção...

272 As prisões de notórios nomes então à frente das principais empreiteiras nacionais,
273 diante da figura jurídica até então desconhecida do grande público: as “delações
274 premiadas” e o ataque diário à Petrobras por parte de ações espetaculosas da Polícia
275 Federal imprensavam o governo, dificultando-o de se reestruturar e, logicamente,
276 abalando fortemente toda a cadeia produtiva do país. Neste “imbróglio”, só o
277 agronegócio continuou nadando de braçadas.

278 O “quanto pior melhor” continuava no Congresso, com o boicote das ações de
279 presidente Dilma Rousseff por parte do presidente da Câmara Federal que, não
280 contente, ainda votava e aprovava pautas bombas de aumentos de gastos, entre
281 outros “sacos de maldades”.

282 Aliado ao claro ataque ao governo federal, Cunha também continuava a colocar em
283 pauta projetos antipopulares, como o PL da terceirização e os protótipos das
284 propostas de reformas da previdência e trabalhista, que mais tarde iriam se revelar
285 como carros-chefes da proposta neoliberal do governo Temer.

286 **2016: GOLPE DO “IMPEACHMENT”, TEMER E A QUEDA DE CUNHA**

287 Em 15 de abril de 2016, o impeachment foi aprovado; Dilma Rousseff não resistiu ao
288 golpe “tratorado” por Cunha e a “lava jato” do aparato jurídico; a crise econômica,
289 agravada pelas ações de Cunha/Lava jato, também influenciou decisivamente na
290 queda da presidente – sua base, esfacelada, não conseguiu na Câmara Federal os
291 170 votos constitucionais necessários para impedir o seu desembarque da presidência
292 do país, para o qual foi eleita com mais de 54 milhões de votos.

293 Apenas 137 deputados ligados ao campo da esquerda votaram contra o golpe –
294 convém lembrar que o centro-esquerda havia perdido cerca de 60 deputados
295 federais nas eleições de 2014, que não foram reeleitos, na trilha das tais
296 “manifestações de junho de 2013”, que se transformaram, com o apoio da mídia, em
297 protestos contra o governo; esse número seria suficiente para barrar o golpe
298 parlamentar.

299 Em maio de 2016, acatando pedido da PGR que acusava Eduardo Cunha de
300 corrupção e obstrução da Justiça na “lava jato”, o STF o afasta da Presidência da
301 Câmara – um pedido que já estava na mesa do então relator do caso, ministro Teori
302 Zavaski, desde o final de dezembro de 2015. Com isto, ficou claro que a demora no
303 afastamento foi fundamental para que o “impeachment” fosse aplicado a então
304 presidente da república.

305 Em agosto deste mesmo ano, em cumprimento a um ritual que já estava maduro e
306 fortalecido pelos fatos sociais e pela política conservadora, o Senado - num ataque
307 transcendental de culpa judaico-cristã -, afasta em definitivo Dilma Rousseff, sem
308 retirar seus direitos políticos.

309 Neste conturbado quadro político, Michel Temer, o então vice-presidente,
310 materializando um estratégico golpe político-institucional, é empossado como o novo
311 presidente do Brasil.

312 Imediatamente, o seu ministério é montado tendo como base o PSDB e PMDB e
313 começa a aplicar uma política de desmonte total de todo o arcabouço político e social
314 dos governos Lula e Dilma: retorna com Meireles no ministério da fazenda, mas com
315 um discurso recessivo e sem nenhuma amarra social; paralisa de vez a Petrobras e
316 começa a vender campos do pré sal; acaba com a política de ganho real do salário
317 mínimo; acaba com a linha de fomento de investimentos do BNDES; acaba com as
318 linhas de crédito aos governos de estado e municípios; diminui substancialmente os
319 investimentos nos programas de inclusão social, como o FIES e o Prouni e limita o
320 bolsa família.

321 O resultado está aí para todos verem: taxa recorde de 14% de desemprego, com mais
322 de 14 milhões de desempregados – essa taxa quase dobrou em relação ao primeiro
323 ano do segundo governo Dilma.

324 Enquanto isso, no Congresso, já com Rodrigo Maia na Presidência da Câmara, o
325 governo desenvolve a política de “rodo” e destruição da Previdência Social e da CLT.

326

327 **2017: TEMER ACUADO, FRIÇÕES NA CLASSE DOMINANTE E O FATOR LULA**

328 Em 2017, em uma reviravolta certamente não esperada por Sérgio Moro e
329 procuradores paranaenses, o PGR Rodrigo Janot entrega diretamente ao atual relator
330 da investigação, ministro Fachin, que substituiu Teori, morto em acidente aéreo ainda
331 não esclarecido, gravações incriminadoras contra o próprio presidente Temer, em
332 flagrante uso de seu poder para obter uma propina da parte do megaempresário de
333 Carne Joesley Batista, da empresa JBS.

334 A denúncia também atinge em cheio o próprio PSDB, pois o senador Aécio, citado
335 inúmeras vezes em denúncias de corrupção, finalmente é desmascarado com uma
336 gravação, envolvendo o também queimadíssimo senador mineiro tucano Zezé Perrela.

337 No momento em que escrevemos este texto, o cenário político no Brasil ainda estava
338 extremamente confuso. Após um julgamento polemico no TSE numa situação
339 inusitada no país, aquele tribunal de deliberação superior, ignorando provas, em nome
340 de uma imaginária “estabilidade político-econômica”, absolve com um voto de
341 “minerva” do comprometido ideológico ministro Gilmar Mendes, a chapa Dilma/Temer.

342 Um resultado que, certamente, não seria o mesmo, se tivesse ocorrido antes do
343 materializado “impeachment” da presidente Dilma Rousseff. Enfim, mais um episódio
344 para os anais da História política do nosso país.

345 **PROJETO DE PODER DAS CLASSES DOMINANTES**

346 O certo é que as classes dominantes – mesmo com a sobrevida, aos “pandarecos” do
347 governo Temer - conseguiu manter redivivo seu projeto de poder.

348 Neste caudal político, a oposição representada pelas forças à esquerda e com o apoio
349 do movimento dos trabalhadores, tenta agora se unificar na luta através de bandeiras
350 contra as “reformas” trabalhistas e previdenciárias, pelo “impeachment” de Temer e
351 eleições diretas para presidente em um mandato-tampão, a partir de uma PEC, até as
352 eleições de 2018.

353 Já os mesmos setores conservadores que bancaram o “impeachment” da então
354 presidente Dilma se dividem entre manter Temer no poder – basicamente São Paulo e
355 Paraná -, a derrubar um fragilizado e ilegítimo governo – ainda à espera do tacão do
356 Supremo Tribunal Federal - e entronizar um outro nome, mais confiável, para tocar o
357 seu principal objeto de desejo: as decantadas reformas e o processo oportunista de
358 privatizações, na perspectiva da política neoliberal do “estado mínimo”.

359 Projeto ainda sustentado pelo PSDB que, diante dos novos fatos, rapidamente reviu a
360 sua posição para “naturalizar” a permanência do partido no novo governo. Passando
361 por cima da opinião pública e ignorando os percalços de um de seus principais
362 quadros políticos: o senador Aécio Neves – com denúncias na justiça de corrupção e
363 obstrução da mesma.

364 Com isso, o nome de Lula, que ainda lidera, com folga, todas as pesquisas de opinião,
365 cada vez mais volta à lembrança do povo para “arrumar” a situação. No entanto, Lula
366 vem sendo objeto de tentativa de criminalização por parte da “lava jato” de Sérgio
367 Moro. O MP inclusive terminou sua acusação ao ex-presidente, pedindo sua
368 condenação da mesma forma que fez Joaquim Barbosa contra Dirceu: com a “teoria
369 do domínio do fato”, agora ainda mais escancarada, com a afirmação dos promotores
370 de que não têm provas contra Lula, “mas convicções”...

371 Moro, em julho, sentenciou Lula a mais de nove anos de prisão, no caso do triplex,
372 mas não pediu sua prisão; Lula recorreu da sentença e assumiu que será candidato
373 em 2018.

374 Também em julho, o Senado aprovou, sem vetos, o PLC 38, o da reforma trabalhista,
375 que desmonta a CLT e ataca os sindicatos – com a reforma, os sindicatos perderam o
376 poder de negociação e uma de suas fontes de recursos, a contribuição sindical.

377 **CRISE NO ESTADO DO RIO**

378 Se a crise fiscal e econômica atinge todo o país, no estado do Rio ela toma ares de
379 dramaticidade, principalmente a partir de dezembro de 2015, quando o governador
380 Pezão assume que não tem dinheiro para pagar o salário dos servidores e nem o 13º
381 e passa pagar de forma parcelada os servidores e prestadores de serviços. Com isso,
382 a Educação é um dos setores que mais sofrem.

383 A UERJ, UENF, UEZO e FAETEC têm seu calendário escolar e pesquisas suspensos
384 em 2016 e 2017; os profissionais e aposentados daquelas universidades têm seus
385 salários atrasados em meses.

386 O governo do Rio, que historicamente nunca investiu o necessário na UERJ, a deixa
387 de pires na mão. Com isso, a UERJ, uma das mais importantes universidades da
388 América Latina em termos de produção, praticamente fecha as portas.

389 A situação salarial só veio a se normalizar em parte em agosto de 2017, quando o
390 estado “conseguiu” pagar cerca de três meses que devia aos servidores; mas a dívida
391 com os prestadores de serviços segue firme.

392

393 **III - CONJUNTURA EDUCACIONAL**

394 **REFORMA NO ENSINO MÉDIO**

395 Sobre a Reforma do Ensino Médio, veiculada pela Medida Provisória 746/2016, é
396 preciso ter muita cautela e refletir sobre as circunstâncias políticas e sociais em que
397 esse discurso aparece. A reforma de Temer, tal como aconteceu no governo FHC,
398 aparece com a justificativa orientada para a melhoria de qualidade do sistema de
399 ensino. Isto dentro de um contexto de opção econômica neoliberal, que envolve,
400 dentre outros fatores, medidas facilitadoras para os fluxos financeiros, repressão às
401 greves e aos sindicatos, minimização da ação do Estado no setor social e
402 privatizações. São os mesmos eixos norteadores, tratados como se fossem a base de
403 um poder redentor no campo social: qualidade, etc. Os eixos norteadores -
404 competitividade, modernização, flexibilização, novas tecnologias – são tratados como
405 se a educação, pensada e aplicada para atender ao modelo produtivo atual, viesse
406 superar todos os problemas.

407 Os enfoques economicistas apontaram para a possibilidade da reforma educacional
408 viesse favorecer a inserção do país na lógica da competitividade do mundo
409 globalizado.

410 Nesse contexto, a orientação está muito clara ao se propor uma educação sintonizada
411 com as necessidades do mundo do trabalho que vem a exigir indivíduos flexíveis, com
412 mais autonomia e mais capacidade de comunicação.

413

414 O projeto neoliberal no campo educacional foi interrompido, em parte, no governo do
415 PT, mas volta com força no atual governo Temer. A Reforma do Ensino Médio foi
416 aprovada em 16 de fevereiro de 2017 pelo governo golpista, apenas alguns meses
417 após seu anúncio. Ela foi aprovada por medida provisória e não de discussões com
418 pais, alunos e professores. Ela é fruto de uma radicalização das posições do MEC
419 sobre o assunto. Mais que isso, ela reflete o domínio completo dos reformadores
420 empresariais sobre o MEC. Em outras palavras e mais diretamente: é a vitória dos
421 privatistas.

422 Trata-se de uma mudança na estrutura básica do sistema atual de ensino médio.
423 A reforma do ensino médio é uma mudança na estrutura do sistema atual do ensino
424 médio. A nova estrutura terá uma parte que será comum e obrigatória a todas as
425 escolas (Base Nacional Comum Curricular) e outra parte flexível. Com a proposta de
426 flexibilização da grade curricular, o novo modelo permitirá que o estudante escolha a
427 área de conhecimento para aprofundar seus estudos.

428 Polemicas e críticas a este projeto:

429 Em primeiro lugar, o fato do **governo ter optado por fazer as mudanças por meio**
430 **de Medida Provisória 746/2016 é fator preponderante**, por se tratar de uma decisão
431 vista como autoritária. Como o instrumento legal de uma MP tem efeitos imediatos, ou
432 seja, entra em vigor a partir de sua edição, críticos do governo de Michel Temer
433 apontam limitação no debate sobre a reforma do ensino médio.

434 Vejamos outros aspectos dessa proposta por MP:

435 1-A medida provisória, ao estabelecer que o currículo do ensino médio é composto
436 pela BNCC e por “itinerários formativos”, o que promove a possibilidade, e não a
437 obrigatoriedade, dos sistemas de ensino comporem seus currículos com base em
438 mais de uma das áreas. Dessa forma, há autorização para que os sistemas de ensino
439 implementem apenas uma área para os conhecimentos específicos. Assim, muitos
440 estudantes, certamente, ficarão sem cursar suas áreas de preferência, especialmente,
441 na escola pública.

442 2-A MP 746/2016 modifica a organização da escolaridade no que diz respeito ao
443 Ensino Médio, sem se apoiar em estudos acumulados que examinam as demandas
444 deste segmento de nossa sociedade. Ao reduzir a importância de algumas disciplinas
445 historicamente instituídas no currículo pela sua pertinência na formação de estudantes
446 e ao destacar a **obrigatoriedade, nos três anos** do ensino médio, unicamente das
447 disciplinas de **Língua Portuguesa e de Matemática**, em detrimento de outras
448 também importantes, há uma finalidade pragmática de melhorar as notas nos testes
449 nacionais e internacionais, sem preocupação com o risco de fomentar a despolitização
450 dos sujeitos.

451 A medida provisória obriga as escolas a ensinarem **Língua Inglesa** a partir do sexto
452 ano do nível fundamental e no ensino médio, podendo outras línguas ser ofertadas
453 como matérias optativas, o que significa uma limitação no campo da educação e
454 cultura.3-A ampliação do tempo que o aluno passa na escola é uma das principais
455 alterações. Haverá um aumento progressivo das atuais 800 horas letivas para 1.400
456 horas, o que deixa a jornada escolar diária com 7 horas. Com a flexibilização do
457 currículo proposta, os alunos terão, em parte das horas eletivas, a possibilidade de
458 escolha de disciplinas na sua área de interesse, entre s cinco possíveis. Isso, por si
459 só, não é ruim, mas há L A desdobramentos que encobrem intenções duvidosas. Por
460 exemplo, no que toca ausência da obrigatoriedade de que todas as escolas ofereçam
461 todas as áreas. Em sendo dessa forma, haverá, desde o ensino médio, o acirramento
462 da desigualdade nas oportunidades de escolha.

463 4-A questão dos recursos é outra preocupação. Com relação a expansão da carga
464 horária, a reforma prevê instituir política de repasse de recursos da União diretamente
465 às escolas que implementarem o currículo mínimo e o ensino de tempo integral.
466 Extraoficialmente, foi divulgado na mídia que até 2018 serão repassados valores que
467 atenderá número muito pequeno, comparado ao total nacional de estudantes no país.
468 Cabe, também destacar que o texto da MP estabelece que a Política de Fomento à
469 Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral garantirá ajuda
470 financeira para estados e Distrito Federal por poucos anos. Depois disso, caberá às
471 redes de ensino arcarem com as despesas. É possível imaginar as dificuldades dos
472 sistemas estaduais para conseguir implementar as áreas de conhecimento específico
473 com a qualidade pretendida pela sociedade em geral. Uma saída para os estados será
474 a de buscar parcerias privadas para dar seguimento ao projeto. E aí está o que muitos
475 críticos consideram “a grande jogada política” da proposta: abrir caminho para a
476 privatização do ensino médio.

477 5-A possibilidade de contratação de professores sem diploma de licenciatura, mas que
478 apresentem “notório saber” na área que ensinarão. Isto representa uma afronta às
479 lutas pela profissionalização docente, marcadas pelos cursos de licenciatura
480 legalmente estabelecidos. Trata-se da derrubada de uma luta histórica travada por
481 acadêmicos, docentes e sindicatos para a profissionalização docente em bases
482 teóricas e práticas de longa duração, ferindo os princípios de diálogo estabelecidos
483 anteriormente entre o MEC com as representações de classe, as associações
484 científico-acadêmicas e demais segmentos da sociedade civil.

485 O mais importante a destacar sobre a reforma do MEC diz respeito aos objetivos
486 centrais de reduzir a aprendizagem dos estudantes aos ditames do mercado, fomentar
487 a privatização das escolas e estimular a terceirização de seus profissionais.

488 A privatização e a terceirização das escolas estão expostas muito claramente na MP,
489 ao propor, em primeiro lugar, um segmento profissional (sem necessidade de
490 habilitação) dentro da categoria dos trabalhadores em educação. Para a contratação
491 desses profissionais bastaria a comprovação de “notório saber”. E por último, ao
492 limitar a “ajuda” da União aos estados em poucos anos, abre-se caminho para as
493 parcerias público-privadas.

494 A tarefa cultural assumida pelos mentores do projeto neoliberal para a educação é
495 destrutiva porque está empenhada em desqualificar os agentes sociais mais críticos e
496 politizados que, por meio de sua organização nos partidos políticos e nos sindicatos,
497 efetivam lutas para desafiar o poder e pensar alternativas viáveis.

498 O movimento sindical e organizações educacionais terão que enfrentar desafio
499 extremamente difícil frente às transformações do capitalismo na atualidade. Será
500 preciso, ao mesmo tempo, contestar a ofensiva neoliberal e questionar radicalmente a
501 política educacional ora implementada no país.

502 Todo esse discurso em torno da “liberdade de escolha” esconde tão somente a luta
503 contra a escolha da liberdade. Conteúdos como solidariedade, democracia, racismo,

504 reflexão, arte, teatro, meio-ambiente, convivência social, filosofia, poesia,
505 desigualdade social, política, enfim, a formação de um sujeito que se insere na
506 dimensão histórica de um mundo, são sutilmente afastados em nome de um
507 tecnicismo e de uma rapidez na formação, como se a discussão , correta, diga-se- de
508 uma série de conteúdos ultrapassados e de um modelo de escola que não mais
509 atende a contemporaneidade, significasse, como resultado, apenas o fim de algumas
510 disciplinas...

511 Em resumo, a proposta do MEC mal disfarça seu afã em servir, única e
512 exclusivamente, às demandas do mercado no sentido de formar mão-de-obra barata.
513 Para isso a proposta pretende oferecer – sejamos diretos, uma educação pobre para
514 pobres mantendo a estrutura social do país. Apresenta-se como revolucionária, mas
515 é, tão somente, retrógrada. Por fim, demandas urgentes como formação de
516 professores, condições de trabalho, jornada de trabalho e melhorias salariais
517 continuam sendo desconsideradas. Essas deficiências afastam os profissionais dos
518 sistemas públicos de ensino, resultando em baixa atratividade da carreira e escassez
519 de professores, enquanto a entrada de pessoas não habilitadas formalmente para
520 atuar no Ensino Médio representa um ataque à profissionalização docente, além de
521 interferir na qualidade do trabalho e do currículo.

522 **ESCOLA SEM PARTIDO/ LEI DA MORDAÇA**

523 Escola sem Partido nasceu no início do século XXI com movimento que partia do
524 pressuposto de que os estudantes são “folhas em branco” e que professores se
525 aproveitam para encaminhar um determinado caminho ideológico.

526 Durante anos, as propostas desse movimento não encontraram eco até que, em 2014,
527 a família Bolsonaro mudou essa realidade ao solicitar a produção de um anteprojeto
528 de lei. O conteúdo do texto, com suas necessárias adaptações foi, então, apresentado
529 na Assembleia Estadual do Rio de Janeiro e também na Câmara de Vereadores do
530 Rio de Janeiro.

531 A partir daí, o Projeto Escola sem Partido tem ganhado cada vez mais repercussão.
532 Hoje, o debate está mais amplo, na esfera federal, já que estão em tramitação no
533 Congresso Nacional, com simpatia do governo ilegítimo de Michel Temer e de seu
534 Ministro da Educação, Mendonça Filho, por exemplo, a PL 867/2015 e a PLS193/2016
535 que incluem entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei nº
536 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o "Programa Escola sem Partido".

537 Os postulados principais do “Programa Escola Sem Partido” podem ser resumidos em
538 lista de deveres dos professores:

539 I – O Professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, para promover os
540 seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas,
541 morais, políticas e partidárias.

542 II – O Professor não favorecerá, não prejudicará e não constrangerá os alunos em
543 razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta
544 delas.

545 III – O Professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará
546 seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.

547 IV – Ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, o professor
548 apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e
549 seriedade – as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a
550 respeito.

551 V – O Professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação
552 moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.

553 VI – O Professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam
554 violados pela ação de estudantes ou terceiros, dentro da sala de aula.

555 Esse projeto busca, no ambiente escolar, eliminar a discussão ideológica e restringir
556 conteúdos valorosos no ensino, a partir da ideia de neutralidade política, ideológica e
557 religiosa do estado. A busca da neutralidade é uma perspectiva insana e impossível
558 de alcance. Além do mais, determinar neutralidade numa lei é, no mínimo, bizarro.

559 Sem dúvida, a estratégia desse movimento é aniquilar um projeto político educacional
560 de transformação que vinha exigindo, durante anos, o rompimento com a concepção
561 elitista e conservadora que se mostrava discriminatória e excludente. Qualquer tema
562 abordado, na sala de aula, ou em quaisquer outros espaços, é carregado de um juízo
563 de valor. No caso do professor, o importante é ele não limitar a aula, unicamente, a
564 seu juízo de valor. Outras referências e outros pontos de vista devem abrir o debate,
565 de forma a estimular a capacidade argumentativa e a criatividade dos alunos. Seriam
566 válidos determinados conteúdos que servem à manutenção do *status quo* e como
567 doutrinários aqueles que representam uma visão crítica.

568 Inúmeros profissionais e especialistas em educação se manifestaram, sobre o
569 Programa “Escola Sem Partido”, considerando as propostas absurdas do ponto de
570 vista educativo. Para eles, o primeiro erro é acreditar que o estudante é uma folha em
571 branco incapaz de formar seu juízo sobre o mundo a partir de experiências,
572 referências e saberes que traz consigo.

573 As diretrizes do projeto inclui a obrigatoriedade dos professores de manter a pretensa
574 neutralidade por meio do cerceamento de conteúdos que possam induzir ao debate
575 sobre certos assuntos. A ideia central, portanto, seria desvincular os conhecimentos
576 da ciência de posicionamentos ideológicos, políticos e culturais, impedindo, como
577 exemplo, a realização de atividades que possam conflitar com as convicções
578 religiosas e morais dos pais e responsáveis pelos alunos. Isto seria avançar com a
579 esfera privada em detrimento da esfera pública, o que contraria princípios
580 democráticos. Diante do princípio de que não se poderia ensinar nada que enfrente os

581 valores da família do aluno, podemos indagar, por exemplo: se o pai ou mãe for
582 machista, racista, com atitudes preconceituosas, a escola não poderá ensinar a
583 Declaração dos Direitos do Homem?

584 O Programa “Escola Sem Partido” tem um caráter inconstitucional. Isto porque sua
585 colocação na pauta política fere o princípio constitucional do pluralismo de ideias.
586 Como evitar a realização de atividades que possam estar em conflito com as
587 convicções religiosas ou morais de pais e responsáveis de todos os alunos? As
588 escolas recebem grupos completamente heterogêneos de alunos. Evitar confronto de
589 ideias iria efetivamente impedir que o professor realize discussões importantíssimas
590 de fortalecimento do caráter educativo de escola. Cabe aqui reproduzir o artigo 205 da
591 nossa Constituição Federal: ‘A educação, direito de todos e dever do Estado e da
592 família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao
593 pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua
594 qualificação para o trabalho’. O programa também compromete o princípio da gestão
595 democrática da escola, violando a Constituição, e ignorando a LDB, que define a
596 autonomia administrativa e pedagógica dos sistemas de ensino.

597 Os defensores do “Escola sem Partido” também propõem que sejam excluídos do
598 ambiente escolar todos os debates que valorizam o papel da escola na
599 problematização das desigualdades entre homens e mulheres, e também no combate
600 à homofobia, à violência contra mulheres, gays, lésbicas, transgêneros e transexuais.
601 Muitos desses apoiadores do projeto são integrantes de bancadas religiosas e
602 consideram que esses debates se inserem dentro do que chamam de “ideologia de
603 gênero” que teria, como objetivo, entre outras coisas, influenciar a orientação sexual e
604 identidade de gênero dos estudantes.

605 Importante é ressaltar que a escola é um ambiente privilegiado para que os jovens
606 aprendam conceitos que irão lhes auxiliar na compreensão da realidade mundial,
607 nacional e local. A discussão de gênero na escola é ferramenta para o entendimento
608 dessas realidades e para a tomada de posição a respeito das diversas violências que
609 produzimos, reproduzimos ou podemos sofrer. Entre outras medidas nesta linha, estão
610 ataques a iniciativas que afirmam a educação para a igualdade de gênero, o respeito e
611 a valorização da educação voltada ao respeito aos direitos humanos, a ética e a
612 cidadania.

613 A própria concepção prevista cria um ambiente propício para cerceamento da
614 liberdade de aprender e ensinar e para a perseguição política.

615 Não há como negar que essa iniciativa retoma os mecanismos do período da ditadura,
616 que impôs, no ensino, conteúdos e de ações de reforço da ideologia do golpe de 1964:
617 estabelecimento da censura direcionados a intelectuais acusados de promover
618 doutrinação ideológica e perseguição e repressão contra educadores não coniventes
619 com o regime.

620 Esse programa, em 2016, relembra as conspirações do período da ditadura militar
621 voltadas para criação de um clima de atentado à moral e aos costumes da família
622 praticado por supostos educadores de esquerda, que eram vistos como doutrinadores
623 do comunismo e que ameaçavam os interesses das elites dominantes.

624 O programa “Escola sem Partido”, com a intenção de eliminação do debate político
625 como esfera de formação do pensamento livre, tornou-se um instrumento para
626 incentivar retrocessos no campo dos Direitos Humanos, o que veio facilitar o golpe do
627 impeachment ocorrido no Brasil em 2016, visto que ele foi fomentado pela elite
628 patriarcal, conservadora e privatista, que tem na educação seu principal alvo para
629 uma caminhada para trás. Cabe lembrar que o golpe se apresentou num contexto de
630 propagação do ódio, com a mídia ajudando à encarnação do “mal” direcionada a
631 militantes de esquerda e de incitação à violência contra ativistas de movimentos
632 sociais progressistas.

633 É nessa conjuntura de ataques aos Direitos Humanos que se situa o Projeto “Escola
634 Sem Partido”. Sua institucionalização representa o desmonte da difícil caminhada de
635 construção democrática na educação brasileira, depois de tantos anos de ditadura
636 militar.

637 É neste viés que a FETEERJ se insere como parte componente do movimento “Escola
638 sem Mordação”, na perspectiva de ser um espaço de organização regional, de
639 continuidade ao processo de divulgação e mesmo como instrumento de luta contra
640 mais este atentado à educação em nosso país.

641 Consideramos que o Programa “Escola Sem Partido” transforma o ato educativo em
642 simples expressão do poder vigente e rotula toda abordagem de estímulo à crítica
643 como destrutiva à ordem social. Além disso, impõe, na esfera nacional, uma educação
644 que priva os estudantes da construção de consciência crítica, proibindo o acesso a
645 uma educação democrática, laica, inclusiva e emancipatória, realizada em ambientes
646 plurais de convivência educacional, com o livre debate em torno de ideias e
647 concepções. Ao limitar a liberdade no processo ensino-aprendizagem, como se os
648 estudantes não tivessem talento para discernir, construir suas sínteses, reflexões e
649 posições, efetivamente, se impõe aos alunos “leis de mordação”.

650

651 **Ações do Ministro da Educação no Governo Temer.**

652 O então ministro da educação inicia sua gestão com uma aproximação com setores
653 reacionários que defendem uma educação acrítica, apolítica, contra as cotas sociais
654 e raciais. Tal argumentação se comprova a partir da realização de reuniões públicas
655 com representantes do grupo ultra conservador “Revoltados Online”, que
656 assumidamente faz apologia ao racismo, à xenofobia, à redução da maioria penal
657 e que defende o Programa “Escola Sem Partido”. Sobre o outro tema já abordado
658 neste documento, que é a Reforma do Ensino Médio, expressa desrespeito à
659 população brasileira, ao impedir a opinião de toda a comunidade educacional do
660 país. Trata-se de um mecanismo autoritário e uma estratégia coercitiva que já reúne

661 muitos elementos para sua rejeição, visto que a medida ressalta o desejo do atual
662 governo em limitar o acesso da população e das entidades educacionais sobre as
663 decisões na área da educação.

664 Para se entender o que representou para o país a atual orientação política à frente
665 do MEC, há vários outros indicativos de como o governo quer conduzir os rumos da
666 educação no Brasil:

667 **Decreto convocando a 3ª Conferência Nacional de Educação (CONAE).** Uma
668 conferência que deveria ser um espaço democrático aberto pelo Poder Público para
669 o debate de propostas que vão desde a educação infantil até a pós-graduação, a
670 partir de articulação com a sociedade para que todos possam participar do
671 desenvolvimento da Educação Nacional, ao contrário, o texto do referido decreto,
672 revogava um decreto anterior que alterava deliberações colegiadas tomadas pelo
673 Pleno do Fórum Nacional de Educação (FNE). Isto significa a retirada de atribuições
674 que antes eram do FNE, ou seja, de entidades representativas da sociedade civil, e
675 repassadas para Secretaria-Executiva do Ministério da Educação.

676 E mais, o calendário das várias etapas da CONAE foi alterado, com as conferências
677 municipais no segundo semestre de 2017 e as estaduais e distritais no segundo
678 semestre de 2018, sem previsão e dotação orçamentária para a nacional.

679 **Portaria nº 577 que altera significativamente a composição do Fórum Nacional**
680 **de Educação (FNE)**, excluindo entidades representativas de segmentos como o
681 campo, a pesquisa em educação e o ensino superior. A portaria mencionada, por
682 outro lado, aumentou a participação de representantes do empresariado e de
683 entidades afinadas ou mesmo controladas pelo governo.

684 Como resposta a essa atitude do MEC de ‘arbitrar’ sobre quem entra e quem sai do
685 FNE passando por cima dos regulamentos e procedimentos que dispõem sobre
686 ingresso de entidades sob a exclusiva avaliação do Colegiado do Pleno do FNE,
687 várias entidades ligadas à educação se posicionaram acusando o ministério de agir
688 de “forma autoritária e centralizada”.

689 Questionado sobre o tema, o MEC respondeu, através de uma nota oficial, que o
690 FNE e a CONAE estavam “sendo usados com propósito político-partidário”. Segundo
691 a referida nota, “com essas medidas, o MEC traz à luz a importância do debate
692 técnico, plural e democrático para a Educação evitando que discussões político-
693 partidárias interferiram na política educacional do país”.

694 Em função dos relatados acima:

- 695 ▪ convocação da CONAE;
- 696 ▪ mudanças feitas na composição do FNE e a nota oficial, ficam ressaltadas
697 principais características da atual gestão do MEC:
- 698 ▪ Tomada de decisões de forma unilateral (sem a participação do conjunto das
699 entidades do FNE);

- 700 ▪ Transferência de poder, cada vez maior, das entidades representativas para o
- 701 ministério;
- 702 ▪ Maior influência do empresariado;
- 703 ▪ Supervalorização do debate técnico, sugerindo que ele só pode ser travado por
- 704 gestores do MEC e que qualquer discussão fora do corpo técnico do ministério é
- 705 “partidário” (leia-se, do PT);
- 706 ▪ Incorporação do discurso da “Escola sem partido”.

707

708 O FNE, desde a sua criação no primeiro governo Lula teve a finalidade de coordenar
709 as conferências nacionais de educação, acompanhar e avaliar a implementação de
710 suas deliberações e promover as articulações necessárias entre os correspondentes
711 fóruns de educação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

712 Segue na integra documento que o FNE entregou à Comissão de Educação, Cultura
713 e Esporte do Senado, sob o título: **NÃO ACEITAMOS UM FÓRUM NACIONAL DE**
714 **EDUCAÇÃO DEFINIDO E CONTROLADO PELO MEC.**

715 “1. O Fórum Nacional de Educação (FNE) é uma conquista histórica e um espaço de
716 interlocução entre sociedade civil e governo, previsto na Lei nº 13.005/14, que dispõe
717 sobre o Plano Nacional de Educação (PNE), *referência para a gestão e a*
718 *mobilização da sociedade brasileira. Por definição legal é o coordenador e articulador*
719 *das conferências nacionais de educação, plurais e democráticas, e uma das*
720 *instâncias de monitoramento e avaliação do PNE;*

721 “2. O FNE é formado e constituído por decisões colegiadas, de forma transparente,
722 republicana e democrática e, portanto, sob bases conhecidas e pactuadas. Não é um
723 apêndice rebaixado do Ministério da Educação que, por ele, pode ser modificado a
724 qualquer tempo de forma unilateral e arbitrária, para atender quaisquer interesses
725 conjunturais e políticos;

726 “3. Para fazer frente aos inúmeros desafios no campo educacional é que a Lei do
727 PNE conferiu centralidade ao Fórum Nacional de Educação e à Conferência Nacional
728 de Educação, visando produzir avanços, democratizar o acesso, ampliar
729 investimentos, garantir educação pública, gratuita, laica e de qualidade para todo/a
730 cidadão e cidadã do país e para defender o Plano Nacional de Educação como
731 política de Estado;

732 “A portaria nº 577/17 e o Decreto de 27 de abril de 2017, impostos pelo Governo
733 Temer de forma unilateral, restritiva, e antidemocrática, desestruturaram o FNE e a
734 CONAE, tornando-os, como já afirmado, ilegítimos.

735 “Nesse contexto, não participaremos mais do Fórum Nacional de Educação,
736 desfigurado pelo atual governo, do qual saímos coletivamente, e anunciamos a
737 constituição DO FÓRUM NACIONAL POPULAR DE EDUCAÇÃO e a construção da
738 CONFERÊNCIA NACIONAL POPULAR DE EDUCAÇÃO (CONAPE)”. - Brasília, 7
739 de Junho de 2017.

740 Não havia outra saída para combater a ofensiva e um governo ilegítimo que
741 descaracterizou a participação social no Fórum Nacional de Educação (FNE). Diante
742 do exposto, essas entidades precisavam construir mecanismos para continuar
743 lutando pela educação e interferindo, direta ou indiretamente, nas políticas públicas.
744 O Fórum Nacional Popular de Educação e a construção da Conferência Popular de
745 Educação (Conape) são propostas das organizações civis para continuar a luta por
746 uma educação democrática, laica e de qualidade.

747 Um instrumento de resistência em defesa de avanços, conquistados em lutas por
748 décadas, que estão agora sendo destruídos, surge a CONAPE (Conferência
749 Nacional Popular de Educação). Trata-se de uma resposta que se apoia numa
750 concepção pedagógica crítica, na construção de um Sistema Nacional de Educação
751 de fortalecimento da Escola Pública e na regulamentação do ensino privado. E mais,
752 para alcance de um projeto democrático de educação, o âmbito do movimento
753 político democrático deve ir além do seu campo de atuação e buscar estar junto ao
754 enfrentamento de todo tipo de exclusão. Dessa forma, a CONAPE, reafirmando o
755 compromisso com a educação transformadora, é uma convocação à retomada
756 democrática do país por meio da sociedade civil organizada envolvendo movimentos
757 sociais e entidades educacionais.

758 Assim, consideramos que o pacto social anteriormente estabelecido foi rompido a
759 partir, do atual governo:

760 desmantelamento do compromisso de destinação dos royalties do pré-sal para a
761 educação e de descumprimento das diretrizes e metas do PNE de destinação de
762 10% do PIB para o setor;

763 suspensão de programas que garantiam a expansão da educação superior e a
764 universalização da educação básica;

765 implementação, por meio de medida provisória de uma Reforma de Ensino Médio,
766 sem ampla discussão com educadores e entidades de classe que a percebem com
767 caráter excludente ;

768 indicação de privilegiar o Ensino Privado e aprovação da terceirização irrestrita,
769 inclusive para atividade-fim do campo educacional, o que leva à precarização das
770 condições de trabalho;

771 tentativa explícita de censura e criminalização do magistério por meio da não rejeição
772 ao movimento Escola Sem Partido;

773 aparelhamento do CNE pela ingerência do FNE com a exclusão de entidades
774 históricas no campo educacional;

775 nítida intenção do MEC inviabilizar a CONAE/2018 em moldes democráticos.

776 Nos casos da FNE e da CONAE, consideramos que, de forma unilateral, uma
777 medida que revoga as portarias anteriores e dispõe autoritariamente sobre novas
778 composições, na prática, pode ser caminho para dissolução de entidades
779 representativas da educação. Ainda mais: na prática, o FNE está deixando de ser
780 um espaço de interlocução entre a sociedade civil e o Estado brasileiro, para se
781 transformar num espaço de governo pois, a partir da mudança de sua composição, o
782 governo privilegia entidades empresariais, como o “Sistema S” e a CNI -
783 Confederação Nacional da Indústria .

784 Não podemos aceitar que reivindicações históricas conquistadas pela comunidade
785 educacional venham ser abandonadas através de um governo ilegítimo!

786 **POSIÇÃO POLÍTICA DA FETTERJ E SINDICATOS FILIADOS**

787 Diante dos graves fatos que atingiram na sua essência todo o processo da Educação
788 Nacional, que se vinha construindo na perspectiva da inclusão social e construção da
789 cidadania, a nossa Confederação – CONTEE e suas entidades filiadas, à primeira
790 hora, divulgaram documentos e manifestos contra as medidas que vêm sendo
791 adotadas pelo MEC, no atual governo.

792 É neste contexto que a FETEERJ, no ensejo do seu 7º CONSIND faz um apelo
793 unitário à luta, na perspectiva de que é preciso dialogar com a categoria e superar a
794 atual “fragmentação” no seu processo de organização;

795 Temos que buscar as nossas próprias formas de organização e pensar no discurso
796 “dos trabalhadores” e não apenas corporativamente, no nosso;

797 Vamos realizar um evento no centro de um furacão político. Talvez, o momento mais
798 crítico da história política da nossa Federação, com riscos, inclusive, à sua própria
799 sobrevivência enquanto entidade de classe, , sobretudo a partir da aprovação da
800 “Reforma” Trabalhista recém aprovada pelo Congresso Nacional.

801 Por tudo isso, todos os espaços políticos nestes três dias do nosso 7º CONSIND
802 deverão estar reservados para funcionar quase que unicamente como palco para
803 reflexões e deliberações.

804 Um quadro político agravado pela investida da classe dominante sobre os direitos
805 adquiridos dos trabalhadores em todo o país e o desmonte de todo o arcabouço de
806 organização que se materializa nas nossas entidades de classe.

807 É neste sentido que nos inserimos em todas as ações e denúncias às medidas
808 arbitrárias e antidemocráticas deste governo golpista.

809 Rejeitamos, pois, todas as medidas que ignorem a participação social, entendendo
810 que um governo ilegítimo não tem direito a arbitrar, de forma alguma, sobre os
811 espaços de controle social.

812 **Nenhum direito a menos.**

813

814 **Vamos construir neste CONSIND estratégias de enfrentamento e sobrevivência.**

815 **DIRETORIA COLEGIADA DA FETEERJ**